

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000263/2026

CEGONHA SOLUÇÕES LTDA., já devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, neste ato representada por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar as presentes

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

em face dos recursos interpostos pelas empresas CARLETTTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA. e QFROTAS SISTEMAS LTDA., no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, Processo Administrativo nº 000263/2026, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

I. DA SÍNTESE DOS RECURSOS

Os recursos administrativos interpostos pelas empresas recorrentes têm por objeto a impugnação da decisão que declarou a Recorrida vencedora do certame, buscando, em última análise, a sua desclassificação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, promovido pelo Município de Itarana/ES.

De forma convergente, as insurgências concentram-se, essencialmente, na alegação de suposta inexecuibilidade da proposta apresentada pela Recorrida, a qual ofertou desconto significativo sobre a taxa administrativa, sustentando as recorrentes que tal percentual não refletiria condições reais de execução contratual, sendo, em tese, incompatível com a estrutura econômica do objeto licitado.



Nesse contexto, a empresa QFROTAS SISTEMAS LTDA. sustenta que o desconto ofertado – equivalente a aproximadamente 61,20% – comprometeria a viabilidade da execução, por supostamente inviabilizar a remuneração adequada da contratada e da rede credenciada, razão pela qual defende a necessidade de desclassificação da proposta.

Na mesma linha, a empresa CARLETO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA. aduz que a proposta apresentada seria manifestamente inexecutável, afirmando que o modelo remuneratório previsto em edital — baseado exclusivamente na taxa administrativa — impediria a execução contratual nos termos ofertados, sob pena de prejuízo à operação ou eventual repasse indireto de custos à Administração.

Ambas as recorrentes alegam, ainda, de forma correlata, que não restaria devidamente demonstrada a viabilidade econômico-financeira da proposta da Recorrida, sustentando insuficiência de elementos que comprovem a exequibilidade do modelo apresentado, especialmente quanto à capacidade de manutenção da rede credenciada e à sustentabilidade da operação ao longo da execução contratual.

Adicionalmente, invocam supostos riscos à adequada execução do contrato, sob o argumento de que o desconto ofertado poderia comprometer a prestação dos serviços, impactando a qualidade, a regularidade e a continuidade das atividades vinculadas à gestão da frota municipal.

Diante de tais fundamentos, pretendem as recorrentes a reforma da decisão administrativa que declarou a Recorrida vencedora, com a consequente desclassificação de sua proposta e o prosseguimento do certame mediante convocação das licitantes subsequentes.



II. DAS PRELIMINARES

2.1. DO CARÁTER MERAMENTE ESPECULATIVO DOS RECURSOS

Os recursos administrativos interpostos carecem de elemento essencial à sua procedência: **a demonstração concreta e objetiva dos fatos alegados.**

Com efeito, todas as teses deduzidas pelas recorrentes se estruturam, em substância, sobre:

- Suposições genéricas acerca da viabilidade da proposta;
- Inferências não comprovadas;
- Comparações externas e alheias às condições específicas do presente certame;
- Juízos subjetivos sobre a dinâmica econômica do modelo contratual.

Em nenhum momento **as recorrentes apresentam prova técnica idônea, demonstração contábil consistente, estudo econômico minimamente conclusivo ou qualquer elemento objetivo capaz de evidenciar, de forma concreta, a alegada inexequibilidade da proposta apresentada pela Recorrida.**

A argumentação recursal limita-se a construir cenário hipotético de inviabilidade, desprovido de lastro probatório, desconsiderando completamente:

- As particularidades do objeto licitado;
- A natureza própria do modelo operacional adotado;
- A lógica econômica inerente à contratação;
- E, sobretudo, a análise técnica já realizada pela própria Administração no âmbito da diligência promovida.



Grife-se que, no regime jurídico das contratações públicas, a inexecutabilidade não se presume, devendo ser comprovada de forma inequívoca, mediante elementos concretos e verificáveis, o que manifestamente não se verifica no presente caso.

A tentativa das recorrentes de infirmar a proposta vencedora com base em conjecturas representa, em realidade, mero inconformismo com o resultado do certame, típico de disputa concorrencial, e não a identificação de vício jurídico apto a macular o procedimento.

Admitir-se a desclassificação de proposta regularmente aceita, com fundamento em alegações genéricas e desprovidas de prova, implicaria grave afronta ao princípio da objetividade do julgamento, à segurança jurídica do certame e à própria lógica do sistema licitatório instituído pela Lei nº 14.133, de 01.04.2021.

Dessa maneira, resta evidente que os recursos não ultrapassam o campo da especulação, sendo incapazes de desconstituir o ato administrativo regularmente praticado, que deve ser preservado em sua integralidade.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. DA INEXEQUIBILIDADE

3.1.1. DA LEGALIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

A decisão administrativa que declarou a Recorrida vencedora do certame encontra-se integralmente revestida de legalidade, tendo sido proferida em estrita observância às disposições do edital e à Lei nº 14.133/2021.

Com efeito, o ato administrativo impugnado:



- Foi precedido de regular diligência, realizada com o objetivo de esclarecer pontos da proposta e aferir sua exequibilidade;
- Baseou-se em documentação formalmente apresentada nos autos e submetida à análise da Administração;
- Observou rigorosamente as regras do instrumento convocatório e os parâmetros legais aplicáveis ao julgamento das propostas.

Não se trata, portanto, de decisão arbitrária, intuitiva ou desprovida de fundamentação, mas de ato técnico, devidamente instruído e motivado, proferido no exercício regular da função administrativa.

Nos termos do regime jurídico-administrativo, os atos administrativos gozam dos atributos de presunção de legitimidade e veracidade. Tal presunção implica reconhecer que o ato praticado pela Administração Pública:

- É considerado válido desde sua origem;
- Reflete a adequada apreciação dos fatos e documentos constantes dos autos;
- Somente pode ser afastado mediante prova robusta, inequívoca e suficiente em sentido contrário.

No caso concreto, **inexiste qualquer elemento probatório capaz de desconstituir a decisão administrativa**. As recorrentes não demonstram:

- Erro na análise técnica realizada;
- Descumprimento de exigência editalícia;



- Violação a dispositivos legais;
- Ou qualquer vício que comprometa a validade do ato.

Limitam-se, em verdade, a apresentar interpretações próprias e conjecturas acerca da viabilidade da proposta, pretendendo substituir o juízo técnico da Administração por avaliações unilaterais, interessadas e desprovidas de respaldo técnico suficiente.

Tal pretensão não encontra amparo no ordenamento jurídico, uma vez que o controle exercido em sede recursal administrativa não se presta à mera reavaliação subjetiva da conveniência técnica da decisão, mas sim à verificação de sua legalidade — o que, repita-se, não foi infirmado.

Ademais, a condução do certame observou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo a Administração se limitado a aplicar os critérios previamente estabelecidos no edital, sem qualquer inovação ou flexibilização indevida.

Nesse contexto, admitir a revisão da decisão com base em alegações genéricas implicaria não apenas a desconsideração de procedimento regularmente conduzido, mas também grave afronta à segurança jurídica e à estabilidade das decisões administrativas.

Dessa forma, a decisão que declarou a Recorrida vencedora deve ser integralmente mantida, porquanto revestida de legalidade, motivação adequada e conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

3.1.2. DA INEXISTÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO

OBJETIVA: ART. 59 DA LEI Nº 14.133/2021



Nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, a caracterização da inexecutabilidade de proposta não pode se fundar em presunções, suposições ou juízos abstratos, exigindo, ao contrário, demonstração objetiva, concreta e tecnicamente comprovada de que o preço ofertado é incapaz de suportar a execução contratual.

Trata-se de diretriz fundamental do regime jurídico das licitações, que visa evitar a desclassificação arbitrária de propostas vantajosas à Administração, resguardando a competitividade e a seleção da melhor proposta.

No caso concreto, observa-se que todos os requisitos legais e procedimentais foram rigorosamente observados:

- Houve diligência regularmente instaurada pelo Pregoeiro, justamente para aferir a executabilidade da proposta, em conformidade com o dever de cautela administrativa;
- Houve apresentação de esclarecimentos técnicos pela Recorrida, demonstrando a viabilidade do modelo operacional adotado;
- Houve análise técnica detalhada, considerando as especificidades do objeto — que, conforme o próprio Estudo Técnico Preliminar, envolve solução baseada em tecnologia, rede credenciada e escala operacional ;
- Houve aceitação fundamentada da proposta, mediante decisão motivada, com base nos elementos constantes dos autos.

Ou seja, não apenas se afastou qualquer dúvida inicial, como também se consolidou, no âmbito administrativo, um juízo técnico positivo quanto à executabilidade da proposta.

Ademais, a Recorrida demonstrou possuir experiência concreta na execução de contratos semelhantes, o que reforça, de maneira objetiva, a viabilidade de sua



proposta, afastando qualquer alegação de risco contratual. A execução pretérita bem-sucedida, em modelos equivalentes, constitui elemento probatório relevante e amplamente reconhecido pela jurisprudência como apto a evidenciar a exequibilidade.

Em sentido oposto, as recorrentes limitam-se a alegações genéricas de suposta inviabilidade, sem apresentar qualquer prova técnica, estudo de custos, análise de mercado ou elemento concreto que sustente suas afirmações.

Não há, portanto:

- Planilha demonstrando inviabilidade econômica;
- Estudo comparativo de mercado;
- Comprovação de impossibilidade operacional;
- Ou qualquer evidência objetiva de que a proposta não pode ser executada.

O que se verifica, em verdade, é mera inconformidade com o resultado do certame, travestida de alegação de inexecutabilidade.

Cumprido destacar, ainda, que preço reduzido, por si só, não caracteriza inexecutabilidade. Ao contrário, a própria lógica do pregão — especialmente quando estruturado sob critério de menor preço ou maior desconto — pressupõe a apresentação de propostas competitivas, inclusive agressivas, desde que exequíveis.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a inexecutabilidade não pode ser presumida apenas com base no valor ofertado, sendo imprescindível a demonstração concreta de inviabilidade, o que inexiste no presente caso.

Assim sendo, diante:



- Da regular instrução do procedimento;
- Da comprovação técnica da viabilidade da proposta;
- Da experiência prévia da Recorrida em contratos similares;
- E da absoluta ausência de prova por parte das recorrentes.

Resta inequívoco que não há qualquer elemento apto a caracterizar inexecutabilidade, impondo-se a manutenção da decisão administrativa que corretamente aceitou a proposta vencedora.

Dessa maneira, as alegações recursais devem ser integralmente rejeitadas, por carecerem de fundamento fático e jurídico, preservando-se o resultado legítimo e vantajoso alcançado no certame.

A QFROTAS SISTEMAS LTDA, e A CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA que também participam quase que diariamente de licitações com a CEGONHA sobre o mesmo objeto, e que também fez questionamentos acerca da exequibilidade, **ponto esse debatido no ITEM 3.1.2 das contrarrazões**, a qual também não merece prosperar pois foi apresentado todos os documentos relativos a comprovação de exequibilidade, esse de forma coerente aceito pela administração, **mas cumpre destacar que a própria empresa arrematou um contrato com o GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO e com a PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA/PR, com o desconto de 60%, e a CARLETTO arrematou o processo da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍ-PR com o desconto de -58,03% o que invalida a tese de exequibilidade, a própria novamente se confunde em sua justificativa.**



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - QFROTAS



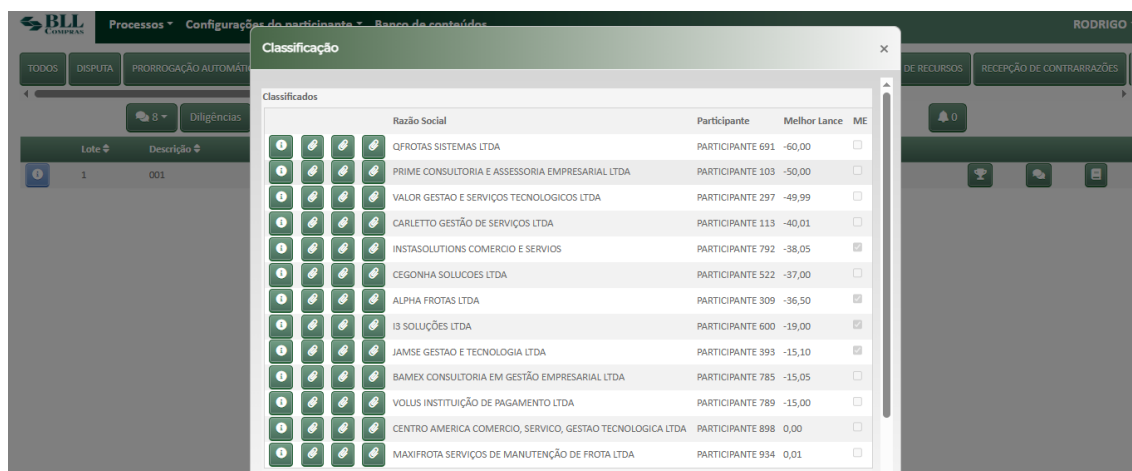
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

ATA SESSÃO -HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico: **Nº168/2025**
TIPO: **MD**
PREGOEIRO: **Paula Maria Bezerra Aragão Azevedo**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS**

HABILITADOS			
FORNECEDOR	QFROTAS SISTEMAS LTDA		CNPJ/CPF: 44220921000135
LOTE 001	Valor Inicial:	1,33	Valor Final: 60,00

MANGUEIRINHA/PR:



Classificados	Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME
<input type="checkbox"/>	QFROTAS SISTEMAS LTDA	PARTICIPANTE 691	-60,00	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	PARTICIPANTE 103	-50,00	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	VALOR GESTAO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA	PARTICIPANTE 297	-49,99	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	CARLETO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA	PARTICIPANTE 113	-40,01	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	INSTASOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS	PARTICIPANTE 792	-38,05	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	CEGONHA SOLUCOES LTDA	PARTICIPANTE 522	-37,00	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	ALPHA FROTAS LTDA	PARTICIPANTE 309	-36,50	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	I3 SOLUÇÕES LTDA	PARTICIPANTE 600	-19,00	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	JAMISE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA	PARTICIPANTE 393	-15,10	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	BAMEX CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	PARTICIPANTE 785	-15,05	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	VOLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	PARTICIPANTE 789	-15,00	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTAO TECNOLOGICA LTDA	PARTICIPANTE 898	0,00	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA	PARTICIPANTE 934	0,01	<input type="checkbox"/>



PREFEITURA DE PARANAÍ - CARLETO

PRODUZIDO NO PAÍS – PRESTADO POR EMPRESA BRASILEIRA

MARCA: CARLETO

Valor estimado total da contratação: R\$ 15.421.978,42 (quinze milhões quatrocentos e vinte e um mil novecentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: -58,03% (menos cinquenta e oito virgula zero três)

TAXA DE CREDENCIAMENTO: 5% (cinco por cento)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 6.472.604,34 (seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e quatro reais e trinta e quatro centavos).

EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

DESCRIÇÃO		VALOR
Valor estimado R\$	(A)	R\$ 15.421.978,42
Taxa de administração ofertada	(C) -58,03%	R\$ 8.949.374,08
Valor total da Proposta		R\$ 6.472.604,34
Taxa rede credenciada	(D) 5%	R\$ 771.098,92
Composição dos custos	VALOR (R\$)	TOTAL (%)
Impostos sobre total da receita (C)	R\$ 127.462,65	16,53%
PIS	R\$ 5.012,14	0,65%
COFINS	R\$ 23.132,97	3,00%
ISS sobre receita	R\$ 15.421,98	2,00%
Demais despesas	R\$ 408.682,43	53,00%
I. Matéria Prima/ Insumos/ Mão de obra(sobre receita após desconto contratual)	R\$ 231.329,68	30,00%
II. Despesa Administrativa(sobre receita após desconto contratual)	R\$ 177.352,75	23,00%
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	R\$ 234.953,84	30,47%
CSLL	R\$ 22.207,65	2,88%
IR	R\$ 61.687,91	8,00%

Novamente repito: cumpre destacar a apresentação de planilha detalhada de composição de custos, elaborada em conformidade com as exigências editalícias e com as particularidades do serviço de gestão de frota. A planilha contempla todos os elementos necessários à execução contratual. Não há o que se debater.

3.1.3. DA CONFORMIDADE COM O EDITAL

A pretensão recursal também não se sustenta sob a ótica da alegada violação ao instrumento convocatório, uma vez que a decisão administrativa encontra-se integralmente alinhada às regras expressamente previstas no edital, inexistindo qualquer desconformidade apta a ensejar a desclassificação da proposta vencedora.

Com efeito, o próprio edital estabelece diretrizes claras quanto ao critério de julgamento e à forma de aferição da exequibilidade, dispondo que:

- Adota critério de julgamento compatível com a disputa por maior

vantagem econômica à Administração, admitindo a formulação de propostas com percentuais elevados de desconto, desde que demonstrada sua exequibilidade;

- Não estabelece qualquer limitação objetiva quanto ao percentual de desconto ofertado, inexistindo, portanto, vedação à apresentação de propostas com maior agressividade econômica;
- Prevê expressamente a possibilidade de realização de diligências pelo Pregoeiro, justamente para a adequada verificação da exequibilidade das propostas apresentadas.

Ou seja, o edital não apenas permite, como também estrutura o procedimento para lidar com propostas de alto desconto, condicionando sua aceitação à verificação concreta de viabilidade — exatamente o que ocorreu no caso em análise.

No que se refere à atuação da Recorrida, também não há qualquer irregularidade a ser apontada, uma vez que:

- Apresentou proposta formalmente regular, em estrita conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- Respondeu adequadamente às diligências promovidas pela Administração, apresentando os esclarecimentos e elementos necessários à análise da exequibilidade;
- Teve sua proposta validada após análise técnica do Pregoeiro, que, de forma motivada, concluiu pela sua viabilidade e conformidade com o edital.

Á vista disso, não há qualquer elemento que indique descumprimento das regras do certame. Ao contrário, verifica-se que todo o procedimento seguiu rigorosamente o rito previsto, desde a apresentação da proposta até sua validação final.



As alegações das recorrentes, ao sustentarem suposta violação ao edital, partem de premissa equivocada, na medida em que tentam criar restrições inexistentes no instrumento convocatório, especialmente no que se refere à limitação de descontos ou à presunção automática de inexecução.

Tal interpretação não encontra respaldo no edital e tampouco na legislação aplicável, configurando tentativa indevida de rediscussão das regras do certame após o encerramento da fase competitiva.

Nesse talante, resta inequívoco que:

- O edital foi integralmente observado;
- A proposta da Recorrida atende a todos os requisitos estabelecidos;
- E a decisão administrativa respeitou fielmente as regras do certame.

Diante disso, impõe-se o reconhecimento de que não há qualquer violação editalícia, devendo ser integralmente mantida a decisão que declarou vencedora a Recorrida, em prestígio aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.1.4. DA CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

A interpretação conferida pelas recorrentes ao Termo de Referência revela-se equivocada e dissociada do conteúdo efetivamente previsto no instrumento, conduzindo a conclusões indevidas acerca da suposta irregularidade da proposta vencedora.



Com efeito, o Termo de Referência estabelece regras claras quanto à forma de remuneração e às vedações aplicáveis à execução contratual, dispondo, essencialmente, que:

- Veda a cobrança de qualquer valor adicional diretamente da Administração Pública, além daquele decorrente da aplicação do percentual de desconto ofertado;
- Veda o repasse de custos ao ente público, de modo a impedir a transferência indireta de encargos não previstos contratualmente;
- Veda a prática de sobrepreço, assegurando que os valores pagos pelo Município reflitam efetivamente as condições pactuadas e a vantajosidade da contratação.

Todavia, em nenhum momento o Termo de Referência estabelece restrições quanto à estrutura interna de funcionamento econômico da contratada. Ao contrário, não se extrai do Termo de Referência vedação à forma de organização empresarial da contratada, desde que integralmente observadas as cláusulas editalícias relativas à remuneração contratual, à ausência de cobrança adicional ao Município e à vedação de sobrepreço:

- A adoção de modelo econômico próprio pela contratada;
- A utilização de diferentes fontes de receita interna, compatíveis com a dinâmica do mercado;
- A manutenção de relações comerciais privadas com a rede credenciada, desde que não impliquem ônus direto ou indireto à Administração.



Essa distinção é fundamental. O instrumento convocatório regula a relação entre Administração e contratada — e não interfere, salvo ilegalidade, na forma como a empresa organiza sua atividade econômica no âmbito privado.

No presente caso, o que efetivamente importa — e o que é juridicamente relevante — é que:

- O preço praticado perante o Município observa integralmente o desconto ofertado;
- Não há cobrança adicional à Administração;
- Não há repasse de custos ao ente público;
- E não há qualquer indício de sobrepreço na execução contratual.

As alegações recursais partem da premissa de que a existência de eventuais relações econômicas com a rede credenciada implicaria, automaticamente, irregularidade ou burla ao edital — o que não se sustenta.

Isso porque inexistem, nos autos:

- Qualquer prova de repasse indevido de custos à Administração;
- Qualquer demonstração de que os valores pagos pelo Município seriam majorados artificialmente;
- Qualquer evidência de descumprimento das regras de remuneração previstas no Termo de Referência.

Em verdade, as recorrentes buscam extrapolar o alcance do instrumento convocatório, tentando impor limitações inexistentes à atividade empresarial da contratada, em evidente distorção interpretativa.



Cumpramos reiterar que o controle administrativo e jurídico incide sobre o resultado contratual — isto é, sobre o preço final e as condições ofertadas à Administração — e não sobre a estrutura interna de custos ou estratégias comerciais da licitante, desde que estas não impliquem violação às regras do certame.

Assim sendo, resta evidente que a proposta da Recorrida:

- Observa integralmente as vedações previstas no Termo de Referência;
- Respeita o modelo de remuneração estabelecido;
- E não implica qualquer ônus indevido à Administração.

Desta feita, a interpretação correta do Termo de Referência conduz, inevitavelmente, ao reconhecimento da plena regularidade da proposta vencedora, devendo ser afastadas, por completo, as alegações recursais desprovidas de lastro fático e jurídico.

3.1.5. DA SUFICIÊNCIA DA PLANILHA E DA DILIGÊNCIA

A alegação das recorrentes quanto à suposta insuficiência da planilha apresentada pela Recorrida não encontra qualquer respaldo fático ou jurídico, revelando-se mera inconformidade com o resultado do certame.

No caso concreto, verifica-se que a Administração adotou postura diligente e tecnicamente adequada, tendo promovido a devida instrução do processo para aferição da exequibilidade da proposta, oportunidade em que:

- A planilha foi apresentada em sede de diligência, atendendo à solicitação do Pregoeiro para esclarecimento da composição da proposta;



- A planilha foi devidamente analisada pela Administração, no contexto do conjunto probatório constante dos autos;
- A planilha foi considerada suficiente, servindo como elemento de convencimento para a aceitação da proposta.

Ou seja, não houve qualquer omissão, tampouco deficiência instrutória. Ao contrário, a Administração exerceu, de forma plena, seu dever de cautela, promovendo a verificação concreta da viabilidade da proposta.

Importante destacar que o edital não estabelece modelo rígido ou padronizado de planilha de custos, tampouco exige formatação específica para demonstração da exequibilidade. Nesse cenário, não cabe às recorrentes impor, de forma indevida, critérios ou formatos não previstos no instrumento convocatório.

Assim sendo:

- A ausência de modelo padronizado no edital afasta qualquer alegação de irregularidade formal;
- A planilha apresentada deve ser analisada sob o prisma da suficiência informacional, e não de aderência a formato inexistente;
- E a Administração, ao considerá-la adequada, exerceu juízo técnico legítimo e devidamente motivado.

As críticas formuladas pelas recorrentes não possuem natureza técnica, mas sim interpretativa. Em outras palavras, não apontam inconsistências objetivas, erros



materiais ou inviabilidade comprovada, limitando-se a discordar da forma como os dados foram apresentados e interpretados pela Administração.

Tal postura não é suficiente para desconstituir decisão administrativa regularmente fundamentada, sobretudo quando ausente qualquer demonstração concreta de inexecutabilidade.

Insta gizar, ainda, que a análise da exequibilidade não pode ser realizada de forma isolada e fragmentada, com base em leitura estanque de uma planilha. Ao contrário, deve considerar:

- O modelo operacional adotado pela empresa;
- A estrutura de custos e receitas no contexto da atividade;
- A dinâmica do mercado em que está inserida;
- E os elementos complementares apresentados em diligência.

No presente caso, a Administração corretamente adotou essa visão sistêmica, analisando a proposta como um todo, e não de forma reducionista, o que reforça a solidez da decisão proferida.

Dessa forma, resta evidente que:

- A diligência foi regularmente realizada;
- A planilha foi apresentada e analisada;
- E a conclusão pela sua suficiência decorreu de juízo técnico válido e legítimo.



Portanto, as alegações recursais devem ser rejeitadas, por carecerem de fundamento técnico e jurídico, devendo ser integralmente mantida a decisão que reconheceu a exequibilidade da proposta da Recorrida.

Assim, rejeitada a tentativa de invalidação da planilha e da diligência realizada, impõe-se também afastar a metodologia reducionista adotada pelas recorrentes, a qual desconsidera a própria natureza do objeto licitado, como se demonstrará a seguir.

3.2. DO ERRO METODOLÓGICO DAS RECORRENTES

As alegações recursais padecem de vício estrutural insanável, na medida em que se baseiam em premissa fática e metodológica absolutamente equivocada, o que compromete, por completo, as conclusões apresentadas acerca da suposta inexecutabilidade da proposta.

Isso porque as recorrentes partem de uma leitura simplificada e distorcida do objeto licitado, ao tratarem o modelo contratual como se se tratasse de mero fornecimento direto de bens ou serviços, com lógica linear de custo e margem.

Tal premissa, contudo, não encontra qualquer correspondência com a realidade do objeto do certame.

Conforme claramente delineado no edital e no Estudo Técnico Preliminar, o contrato em questão envolve uma estrutura significativamente mais complexa, baseada em modelo de gestão e intermediação, compreendendo:



- Gestão de rede credenciada de fornecedores, com múltiplos agentes econômicos interagindo na execução contratual;
- Disponibilização de sistema informatizado integrado, responsável pelo controle, autorização, rastreabilidade e auditoria das operações;
- Dinâmica operacional complexa, que envolve escala, tecnologia, negociação com rede, eficiência de gestão e otimização de fluxos operacionais.

Ou seja, trata-se de um modelo de negócio estruturado, cuja viabilidade econômica não pode ser analisada sob a ótica simplista de custo direto versus preço final.

Ao desconsiderarem tais elementos, as recorrentes incorrem em erro metodológico grave, pois:

- Ignoram fontes legítimas de eficiência econômica e geração de receita inerentes ao modelo de gestão;
- Desconsideram ganhos de escala e estrutura tecnológica da operação;
- Desprezam a lógica de intermediação e relacionamento com a rede credenciada;
- E reduzem indevidamente a análise a um modelo incompatível com o objeto licitado.



Como consequência direta desse equívoco, a conclusão de inexecutabilidade apresentada pelas recorrentes não decorre de dados objetivos, mas sim de uma premissa inicial incorreta — o que, por si só, invalida toda a construção argumentativa.

Em outras palavras, não se trata de divergência técnica legítima, mas de erro de enquadramento do próprio objeto contratual, o que conduz a uma análise distorcida e juridicamente insustentável.

Necessário enfatizar que a Administração, ao analisar a proposta, considerou corretamente o modelo operacional em sua integralidade, adotando abordagem compatível com a natureza do contrato, o que reforça a adequação e a robustez da decisão proferida.

Dessa forma, resta evidente que:

- A premissa adotada pelas recorrentes é incorreta;
- A metodologia de análise utilizada é incompatível com o objeto licitado;
- E, por consequência, a conclusão de inexecutabilidade encontra-se comprometida desde sua origem.

Assim sendo, as alegações recursais devem ser integralmente afastadas, por se basearem em construção argumentativa falha, incapaz de desconstituir a legalidade e a tecnicidade da decisão administrativa que reconheceu a executabilidade da proposta da Recorrida.

3.3. DO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO (VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM)



A postura adotada pelas recorrentes revela inequívoco comportamento contraditório, vedado pelo ordenamento jurídico à luz do princípio do *venire contra factum proprium*, que impede a parte de adotar conduta incompatível com sua atuação pretérita, em prejuízo da segurança jurídica e da boa-fé objetiva.

No presente caso, verifica-se que as próprias recorrentes atuam no mercado sob a mesma lógica operacional ora impugnada, utilizando práticas plenamente compatíveis com o modelo apresentado pela Recorrida, tais como:

- Aplicação de taxas negativas em suas propostas comerciais;
- Oferta de descontos expressivos em contratos de mesma natureza;
- Estruturação de modelos econômicos baseados em rede credenciada e dinâmica de intermediação.

Diante disso, mostra-se absolutamente incoerente que, no âmbito do presente certame, passem a sustentar a suposta inviabilidade de modelo que elas próprias utilizam de forma recorrente e consolidada no mercado.

Tal conduta evidencia não apenas contradição lógica, mas também violação aos deveres de lealdade e boa-fé que devem nortear a atuação dos licitantes em procedimentos administrativos.

Na prática:

- Não é juridicamente admissível que a recorrente valide determinado modelo quando dele se beneficia, mas o impugne quando se vê superada na disputa;



- Não se pode admitir a construção de tese de inexecutabilidade dissociada da realidade prática do próprio mercado em que atuam as recorrentes;
- E tampouco é possível conferir credibilidade a alegações que contrariam frontalmente a conduta empresarial reiterada das próprias impugnantes.

Esse comportamento revela, em verdade, que a insurgência recursal não se funda em preocupação legítima com a executabilidade contratual ou com o interesse público, mas sim em mero inconformismo com o resultado do certame, traduzindo estratégia concorrencial para afastar proposta mais vantajosa.

Trata-se, portanto, de tentativa de desestabilização do resultado licitatório por meio de argumentação contraditória, desprovida de coerência e de lastro fático.

Dessa forma, resta evidente que:

- As recorrentes adotam, no mercado, o mesmo modelo que ora impugnam;
- A alegação de inviabilidade é incompatível com sua própria prática empresarial;
- E o recurso revela nítido caráter concorrencial, e não técnico.

Nesse contexto, deve ser reconhecida a incidência do princípio do venire contra factum proprium, afastando-se as alegações recursais por manifesta incoerência, preservando-se a higidez do certame e a decisão administrativa que corretamente reconheceu a executabilidade da proposta vencedora.

IV. DO DIREITO



4.1. DO INTERESSE PÚBLICO

A eventual desclassificação da proposta apresentada pela Recorrida, sem demonstração concreta de inexecutabilidade ou irregularidade, implicaria grave violação aos princípios que regem as contratações públicas.

Na prática, o acolhimento das razões recursais acarretaria:

- Restrição indevida à competitividade do certame;
- Afastamento da proposta mais vantajosa para a Administração;
- Comprometimento da segurança jurídica do procedimento licitatório.

Isso porque a exclusão de proposta regularmente apresentada e validada pela Administração, com fundamento em alegações meramente conjecturais, reduziria artificialmente o universo competitivo, prejudicando a obtenção da melhor contratação.

O sistema licitatório é estruturado sobre critérios objetivos previamente definidos no edital, não admitindo decisões baseadas em percepções subjetivas ou interesses concorrenciais.

A ausência de prova inequívoca de inexecutabilidade impede, por si só, a desclassificação da proposta, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

Ademais, admitir a exclusão com base em alegações genéricas criaria precedente extremamente nocivo, incentivando a interposição de recursos estratégicos com o único objetivo de afastar propostas mais competitivas.



O interesse público, ao contrário, exige a preservação da proposta mais vantajosa, devidamente analisada e validada pela Administração, garantindo a eficiência da contratação e a correta aplicação dos recursos públicos.

4.2. DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O entendimento consolidado no âmbito do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a inexecutabilidade de proposta não pode ser presumida com base exclusiva em valores reduzidos ou percentuais expressivos de desconto.

Para sua configuração, exige-se demonstração concreta da inviabilidade da execução contratual, mediante análise técnica individualizada.

Nessa linha, o TCU já assentou que:

- A Administração deve oportunizar ao licitante a comprovação da executabilidade de sua proposta;
- Não é admissível a desclassificação automática com base em presunções;
- Deve prevalecer o formalismo moderado, privilegiando-se a proposta mais vantajosa.

No caso concreto, a Administração não apenas observou tais parâmetros, como realizou diligência específica para aferição da executabilidade, analisando os elementos apresentados e concluindo, de forma motivada, pela viabilidade da proposta da Recorrida.



As alegações das recorrentes, por sua vez, caminham em sentido diametralmente oposto ao entendimento do órgão de controle, ao pretenderem a desclassificação da proposta com base em meras conjecturas.

Assim, a manutenção da decisão administrativa encontra pleno respaldo na jurisprudência do TCU, devendo ser integralmente preservada.

V. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta evidenciado que os recursos administrativos interpostos não merecem prosperar.

As insurgências apresentadas:

- Não se apoiam em qualquer prova técnica ou documental idônea;
- Baseiam-se exclusivamente em conjecturas e percepções subjetivas;
- Não demonstram, de forma concreta, a alegada inexecutabilidade da proposta.

Por outro lado, a decisão administrativa que declarou a recorrida vencedora:

- Foi proferida em estrita observância ao edital e à legislação aplicável;
- Foi precedida de regular diligência e análise técnica;
- Encontra-se devidamente motivada e juridicamente fundamentada.

Não há, portanto, qualquer elemento apto a justificar sua revisão.



Nesse cenário, a manutenção do resultado do certame não apenas se impõe sob o prisma da legalidade, como também representa a solução que melhor atende ao interesse público, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa e a estabilidade do procedimento licitatório.

VI. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Recorrida a Vossa Senhoria:

- a) O regular conhecimento das presentes contrarrazões, por serem tempestivas e adequadamente fundamentadas;
- b) No mérito, o integral desprovemento dos recursos administrativos interpostos pelas empresas CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA. e QFROTAS SISTEMAS LTDA, por absoluta ausência de fundamento fático e jurídico;
- c) A manutenção integral da decisão administrativa que declarou a Recorrida vencedora do certame, porquanto proferida em estrita observância ao edital, à Lei nº 14.133/2021 e após regular análise técnica da proposta apresentada;
- d) O reconhecimento expresso da exequibilidade da proposta apresentada pela Recorrida, diante da comprovação realizada em sede de diligência e da inexistência de qualquer elemento concreto em sentido contrário;
- e) O regular prosseguimento do procedimento licitatório, com a consequente adjudicação do objeto à Recorrida e prática dos atos subsequentes, inclusive homologação;



f) A preservação de todos os atos já praticados no âmbito do certame, em observância aos princípios da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e da estabilidade das decisões administrativas;

g) Por fim, caso assim entenda a autoridade competente, requer seja expressamente consignado que as alegações recursais não se sustentam em prova técnica idônea, configurando mera insurgência concorrencial, sem aptidão para infirmar o resultado regularmente alcançado no certame.

Termos em que,
Pede deferimento.

Salvador/BA, 26 de março de 2026.

CEGONHA SOLUÇÕES LTDA

Rodrigo Rocha Vilares

